

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

4. ORÇAMENTO DE 2021

O Poder Executivo estima que a meta de resultado primário será cumprida com significativa margem em 2021.

A previsão atual do Executivo para o déficit primário do governo central, em 2021, é de R\$ 178,4 bilhões. Para fins de verificação do cumprimento da meta de resultado fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), devem-se descontar os gastos com: auxílio emergencial, Pronampe¹, BEm² e ações e serviços públicos de saúde relacionados à pandemia³. Pelas estimativas mais recentes do governo, esses gastos devem somar R\$ 68,9 bilhões no ano. Portanto, o déficit primário a ser cotejado com a meta (déficit de R\$ 247,1 bilhões) é, em realidade, de R\$ 118,8 bilhões, o que coloca o governo em uma situação confortável em relação à regra fiscal.

Até o momento, o Poder Executivo já revisou suas projeções três vezes, a última delas publicada no fim de maio.

O monitoramento das variáveis macrofiscais ao longo do ano é previsto na LRF (art. 9º) e disciplinado na LDO (art. 64 da LDO 2021⁴). Esse acompanhamento, em regra bimestral, é importante para que se corrijam eventuais desvios em relação às metas traçadas inicialmente. Caso isso aconteça, o instrumento a ser utilizado é a limitação de empenho e movimentação financeira dos gastos discricionários, mais conhecido por contingenciamento, conforme previsto na LRF. As novas estimativas para o exercício, com as respectivas memórias de cálculo, são consolidadas em relatório do Executivo, conforme determina a LDO⁵.

A revisão das projeções pode ser feita antes do encerramento do bimestre, motivada, por exemplo, por eventos atípicos que provoquem alterações relevantes nas variáveis fiscais. Foi o que ocorreu em 2021, diante do atraso na aprovação do Orçamento. No dia 25 de março, o Congresso aprovou o Orçamento com estimativas de gastos obrigatórios inferiores às indicadas no relatório de avaliação que havia sido enviado ao próprio Congresso três dias antes. Diante da necessidade de recompor as dotações de despesas obrigatórias e da exigência de as alterações na Lei Orçamentária serem compatíveis com o RARDP, em abril foi elaborado um relatório extemporâneo.

Portanto, as três revisões, até o momento, foram divulgadas por meio dos relatórios de março, relativo ao primeiro bimestre, de abril, extemporâneo, e de maio, relativo ao segundo bimestre. De forma geral, elas incorporam a perspectiva de um melhor desempenho da economia em 2021, corroborada pelos dados já realizados de arrecadação do primeiro quadrimestre. Por sua vez, a estimativa de gastos primários também tem crescido ao longo do ano, em razão sobretudo das despesas com enfrentamento da crise sanitária e econômica.

É importante entender a cronologia dos diversos momentos em que foram atualizadas as projeções oficiais para 2021.

A Proposta Orçamentária foi enviada ao Congresso no fim de agosto de 2020. Com o atraso na apreciação do PLOA, novas projeções oficiais detalhadas foram divulgadas apenas em março de 2021, por meio do RARDP do primeiro bimestre. Três dias depois de publicado o relatório, o Congresso aprovou o PLOA e a lei foi publicada no dia 22 de abril.

¹ Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

² Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

³ Art. 2º, § 2º, da LDO 2021 (Lei nº 14.116/2001) e art. 3º, § 1º, da Emenda Constitucional nº 109/2021.

⁴ Lei nº 14.116/2020.

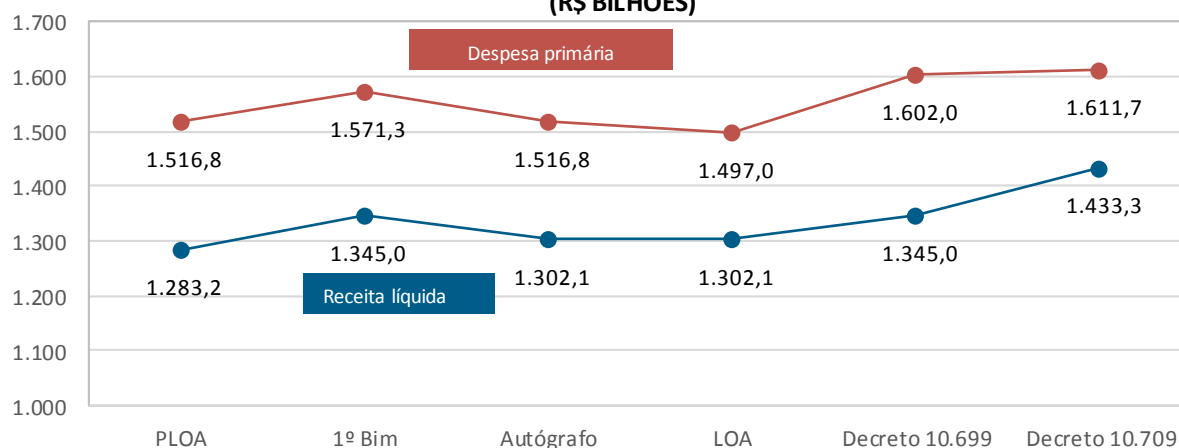
⁵ Os relatórios estão disponíveis aqui: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-de-receitas-e-despesas-primarias-rardp/2020/13>.

No dia seguinte à publicação da Lei Orçamentária, o Executivo divulgou novo relatório de avaliação (extemporâneo), visando subsidiar as alterações que seriam necessárias para adequar o Orçamento às estimativas mais recentes. No dia 14 de maio, foi publicado o Decreto nº 10.699/2021, que promoveu o contingenciamento indicado no relatório extemporâneo. No fim de maio, o relatório de avaliação do segundo bimestre trouxe as novas projeções macrofisciais, as quais levaram à publicação, uma semana depois, do Decreto nº 10.709/2021. A linha do tempo abaixo ajuda a posicionar os diversos eventos que decorreram do confuso processo orçamentário de 2021.



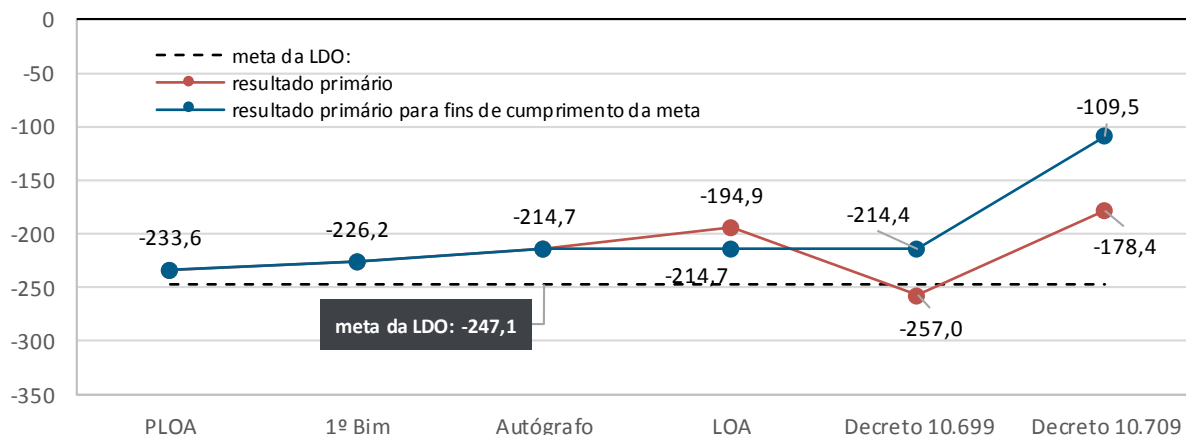
Entre o envio do PLOA e a publicação do Decreto nº 10.709/2021, a receita primária projetada pelo governo para 2021 cresceu R\$ 192,0 bilhões, ou 12,3% (Gráfico 23). Quando descontadas as transferências por repartição de receita aos entes subnacionais, o crescimento cai para R\$ 150,0 bilhões, ainda relevante em termos relativos (11,7%). Já a despesa primária avançou R\$ 104,2 bilhões, ou 6,9%, também na comparação com a proposta orçamentária enviada ao Congresso em agosto de 2020. O resultado é a queda do déficit primário previsto pelo governo para 2021, que passou de R\$ 233,6 bilhões para R\$ 178,4 bilhões (Gráfico 24). Como dito anteriormente, desse valor ainda devem ser subtraídas as despesas que não serão computadas ao se verificar o cumprimento da meta do exercício, aumentando consideravelmente a folga de que dispõe o governo em 2021.

GRÁFICO 23. PROJEÇÕES OFICIAIS PARA AS RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DE 2021 (R\$ BILHÕES)



Fonte: RARDP e Decreto 10.699 (e alterações subsequentes). Elaboração: IFI.

GRÁFICO 24. PROJEÇÕES OFICIAIS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DE 2021 (R\$ BILHÕES)



Fonte: RARDP e Decreto 10.699 (e alterações subsequentes). Elaboração: IFI.

Pelo lado da receita, a melhora do déficit decorre, em maior medida, do desempenho das receitas administradas.

A projeção mais recente do governo para as receitas administradas é de R\$ 1.110,8 bilhões, quase 14% acima do que o governo esperava em agosto de 2020 (Tabela 13). Embora menos relevantes, em termos absolutos, as projeções para os outros principais componentes da receita primária também observam avanço importante. Na comparação com o PLOA, o incremento é de R\$ 32,6 bilhões, ou 19,4%, no caso das receitas não administradas, e de R\$ 23,7 bilhões, ou 5,7%, no caso da arrecadação líquida para o RGPS.

O melhor desempenho das receitas projetadas pelo governo é parcialmente compensado pelos gastos com a pandemia. A estimativa do governo para os gastos primários, em 2021, cresceu R\$ 94,9 bilhões, ou 6,3%, entre o envio do PLOA e o Decreto nº 10.709/2021 (Tabela 13). A maior parte desse incremento se deve aos gastos previstos com o enfrentamento da pandemia. No PLOA, essa previsão era zero, enquanto, no Decreto nº 10.709/2021, ela já está em R\$ 99,5 bilhões. Ainda que com menor peso, vale destacar o recuo de R\$ 8,7 bilhões na projeção de gastos com abono salarial e seguro desemprego, que decorre da alteração no calendário de pagamentos autorizada pelo CODEFAT⁶.

⁶ Comentamos sobre a alteração promovida pelo CODEFAT no RAF de maio, disponível aqui: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/589004/RAF52_MAI2021_2_Cenarios_fiscais.pdf.

TABELA 13. PROJEÇÕES OFICIAIS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DE 2021 (R\$ BILHÕES)

Discriminação	PLOA ago-20	1º Bim mar-21	Autógrafo mar-21	LOA abr-21	Decreto 10.699 mai-21	Decreto 10.709 mai-21	Variação (Decreto 10.709/PLOA)	
							R\$ bilhões	%
I. RECEITA TOTAL	1.560,1	1.643,6	1.595,4	1.595,4	1.643,6	1.752,1	192,0	12,3
Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	975,0	1.025,3	1.008,9	1.008,9	1.025,3	1.110,8	135,8	13,9
Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,1	-0,1	-
Arrecadação Líquida para o RGPS	417,5	431,6	418,6	418,6	431,6	441,2	23,7	5,7
Receitas Não Administradas pela RFB	167,6	186,7	167,9	167,9	186,7	200,1	32,6	19,4
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	276,9	298,6	293,3	293,3	298,6	318,8	41,9	15,1
III. RECEITA LÍQUIDA	1.283,2	1.345,0	1.302,1	1.302,1	1.345,0	1.433,3	150,0	11,7
IV. DESPESA TOTAL	1.516,8	1.571,3	1.516,8	1.497,0	1.602,0	1.611,7	94,9	6,3
Benefícios Previdenciários	704,4	712,9	690,9	690,9	707,2	706,8	2,4	0,3
Pessoal e Encargos Sociais	337,3	335,4	337,3	337,3	335,4	335,4	-1,9	-0,6
Abono e Seguro Desemprego	58,9	61,0	48,9	48,9	51,5	50,2	-8,7	-14,8
BPC	66,1	67,1	66,1	66,1	67,1	67,7	1,5	2,3
Créditos Extraordinários	0,0	39,5	0,0	0,0	87,7	99,5	99,5	-
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	3,7	8,5	3,7	3,7	8,5	7,6	3,9	104,3
Complementação da União ao Fundeb	19,6	19,2	19,6	19,6	19,2	20,4	0,8	4,3
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (custeio e capital)	13,9	13,9	13,9	13,9	13,9	13,9	0,0	0,0
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	20,6	21,3	20,6	20,6	21,3	20,8	0,2	1,0
Subsídios, Subvenções e Proagro	14,0	13,6	10,8	10,8	13,6	12,8	-1,2	-8,4
Outras despesas obrigatórias	10,9	11,6	10,9	10,9	11,6	11,5	0,7	6,2
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	267,2	267,2	294,0	274,2	264,9	264,9	-2,3	-0,9
Obrigatórias com Controle de Fluxo	154,8	154,8	154,8	154,8	154,1	154,1	-0,7	-0,5
Discrecionárias do Executivo	112,4	112,4	139,1	119,4	110,8	110,8	-1,6	-1,4
V. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-233,6	-226,2	-214,7	-194,9	-257,0	-178,4	55,2	-23,6

Fonte: Relatórios de avaliação de receitas e despesas primárias (Poder Executivo) e Decreto nº 10.699 (e alterações posteriores). Elaboração: IFI.

Na tabela anterior, vimos como as projeções mais recentes do governo para o cenário fiscal de 2021 se comparam com projeções oficiais anteriores. Como esses valores se comparam com o novo cenário base da IFI, elaborado por ocasião do presente RAF?

No cenário base, o déficit primário projetado pela IFI é de R\$ 197,0 bilhões, R\$ 18,6 bilhões acima do projetado pelo Executivo (Tabela 14). Excluídas as despesas que não serão computadas na aferição do cumprimento da meta de resultado primário, o déficit cai a R\$ 90,7 bilhões, muito distante dos R\$ 247,1 bilhões exigidos para observar a LDO. A retirada de despesas facilita o cumprimento da regra fiscal no contexto da crise, mas continua impactando a dívida pública, variável mais relevante para avaliar a sustentabilidade das contas públicas.

A diferença entre as projeções de déficit da IFI e do Executivo se deve, em maior medida, às despesas primárias. Pelo lado das receitas, a perspectiva de uma arrecadação maior com as contribuições para o RGPS, da ordem de R\$ 13,7 bilhões, ou 3,1%, é compensada pela projeção para as transferências por repartição de receita, R\$ 14,1 bilhões acima da estimativa atual do governo. O resultado é uma receita primária líquida apenas R\$ 2,4 bilhões superior à contida no Decreto nº 10.709/2021. Já pelo lado das despesas, o cenário base da IFI indica gastos R\$ 21 bilhões acima do projetado pelo governo em maio, sendo a maior diferença nos créditos extraordinários (R\$ 18,9 bilhões). Vale reforçar que a projeção da IFI com créditos extraordinários considera a prorrogação por dois meses do Auxílio Emergencial.

No cenário base, a projeção da IFI para o Programa Bolsa Família (PBF) é 23,9% inferior à do governo. De acordo com dados já realizados até abril, além de dados preliminares da IFI para maio, o gasto com o PBF durante a vigência do Auxílio Emergencial (AE) tem sido, em média, de R\$ 1,2 bilhão por mês. De janeiro a março, ainda sem o auxílio, o gasto

mensal médio do PBF havia sido de R\$ 2,7 bilhões. Assumindo essas duas médias para o ano e que o AE será pago em seis parcelas, o gasto do PBF, em termos anualizados, ficaria em R\$ 23,0 bilhões.

Apenas por hipótese, considerando também que eventual remodelamento do PBF, previsto para o fim da vigência do AE, leve a um aumento de 30% no valor do benefício médio e de 10% no número de beneficiários, estimamos que o gasto do PBF, em 2021, fique em R\$ 26,5 bilhões. Esse valor é 23,9% inferior ao projetado pelo Executivo na avaliação do segundo bimestre (Tabela 14). Se o AE for estendido por mais três meses, o gasto do PBF pode ser ainda menor, próximo a R\$ 25,0 bilhões. Vale lembrar que a incerteza quanto à extensão do AE e quanto ao desenho do novo PBF dificulta a obtenção de estimativas mais precisas para o gasto de 2021.

TABELA 14. PROJEÇÕES ATUAIS DO EXECUTIVO VERSUS PROJEÇÕES DA IFI (R\$ BILHÕES)

Discriminação	Decreto 10.709 mai-21	IFI jun-21	Diferença	
			R\$ bilhões	%
I. RECEITA TOTAL	1.752,1	1.768,6	16,5	0,9
Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	1.110,8	1.110,8	0,0	0,0
Incentivos Fiscais	-0,1	0,0	0,1	-60,9
Arrecadação Líquida para o RGPS	441,2	0454,9	13,7	3,1
Receitas Não Administradas pela RFB	200,1	202,9	2,8	1,4
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	318,8	332,9	14,1	4,4
III. RECEITA LÍQUIDA	1.433,3	1.435,7	2,4	0,2
IV. DESPESA TOTAL	1.611,7	1.632,7	21,0	1,3
Benefícios Previdenciários	706,8	704,5	-2,3	-0,3
Pessoal e Encargos Sociais	335,4	332,7	-2,7	-0,8
Abono e Seguro Desemprego	50,2	53,3	3,1	6,1
BPC	67,7	66,9	-0,7	-1,1
Créditos Extraordinários	99,5	118,4	18,9	19,0
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	7,6	8,5	0,9	12,3
Complementação da União ao Fundeb	20,4	19,2	-1,2	-5,9
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (custeio e capital)	13,9	10,0	-3,9	-27,8
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	20,8	21,3	0,5	2,2
Subsídios, Subvenções e Proagro	12,8	13,6	0,8	6,2
Outras despesas obrigatórias	11,5	11,3	-0,3	-2,5
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	264,9	272,9	7,9	3,0
Obrigatórias com Controle de Fluxo	154,1	143,9	-10,3	-6,7
Discricionárias do Executivo	110,8	129,0	18,2	16,4
V. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-178,4	-197,0	-18,6	10,4

Fonte: Decreto nº 10.699 (e alterações posteriores). Elaboração: IFI.

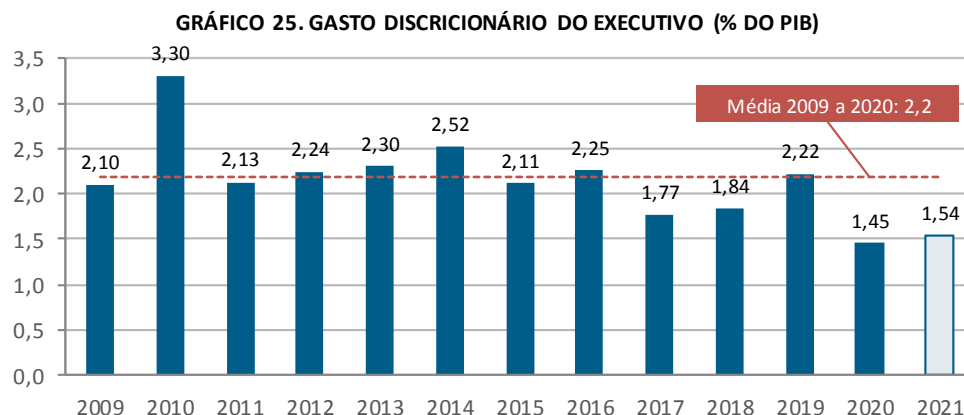
A estimativa da IFI para os gastos discricionários é R\$ 18,2 bilhões, ou 16,4%, superior à do Executivo (Tabela 14). No cenário base, assumimos que não haverá folga no teto de gastos (Tabela 15). Eventual espaço gerado pelo desempenho melhor de gastos obrigatórios seria compensado pelo aumento das despesas discricionárias. A diferença para a projeção do governo, se deve a dois fatores: a) de acordo com os dados do Decreto nº 10.709/2021, aparentemente há uma folga projetada de R\$ 4,8 bilhões no teto de gastos deste ano (Tabela 15); e b) algumas projeções de gastos obrigatórios do Executivo estão acima das estimativas da IFI, como, por exemplo, benefícios previdenciários (+R\$ 2,3 bilhões), pessoal (+R\$ 2,7 bilhões) e Legislativo, Judiciário, MPU e DPU (+R\$ 3,9 bilhões). Mesmo considerando

a projeção da IFI, a despesa discricionária, em percentual do PIB, se mantém em nível historicamente baixo. Em 2021, ela deve se manter próxima a 1,5% do PIB, ante uma média de 2,2% entre 2009 e 2020 (Gráfico 25).

TABELA 15. TETO DE GASTOS PRIMÁRIOS EM 2021 (R\$ BILHÕES)

Discriminação	Avaliações oficiais						IFI
	PLOA	1º Bim	Autógrafo	LOA	Decreto 10.699	Decreto 10.709	jun-21
Total de despesas primárias	1.793,7	1.869,9	1.810,1	1.790,3	1.900,6	1.930,5	1.965,6
Despesas primárias não sujeitas ao teto	307,7	366,7	324,1	324,1	414,7	449,3	479,6
Despesas primárias sujeitas ao teto	1.485,9	1.503,5	1.485,9	1.466,2	1.485,9	1.481,2	1.485,9
Teto de gastos	1.485,9	1.485,9	1.485,9	1.485,9	1.485,9	1.485,9	1.485,9
Folga (+) / Excesso (-)	0,0	-17,6	0,0	19,8	0,0	4,8	0,0

Fonte: Relatórios de avaliação de receitas e despesas primárias (Poder Executivo) e Decreto nº 10.699 (e alterações posteriores). Elaboração: IFI.



Fonte: STN (até 2020) e IFI (2021). Elaboração: IFI.

Tabelas fiscais

TABELA 16. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO BASE (% do PIB)

Discriminação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita Bruta	19,7	21,1	21,1	21,1	21,1	21,1	21,1	21,1	21,1	21,0	21,1
Transferências por repartição de receita a E&M	3,5	4,0	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9
Receita Líquida	16,2	17,1	17,1	17,1	17,1	17,1	17,1	17,1	17,1	17,1	17,1
Despesa Primária	26,1	19,5	18,5	17,9	17,5	17,0	16,7	16,3	16,3	16,2	16,3
Obrigatórias	24,7	17,9	16,7	16,3	16,1	15,8	15,7	15,7	15,7	15,7	15,7
Benefícios previdenciários	8,9	8,4	8,3	8,3	8,2	8,2	8,1	8,2	8,2	8,3	8,4
Pessoal e encargos sociais	4,3	4,0	3,8	3,7	3,5	3,4	3,3	3,3	3,3	3,3	3,3
Abono e Seguro desemprego	0,8	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5
Abono salarial	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Seguro desemprego	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
BPC	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,1	0,1	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Complementação da União ao FUNDEB	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Subsídios e Subvenções	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Demais obrigatórias	8,8	3,3	2,3	2,1	2,0	1,9	1,9	1,8	1,8	1,7	1,7
sem Controle de Fluxo	7,0	1,5	0,4	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
com Controle de Fluxo	1,8	1,7	2,0	1,9	1,8	1,8	1,7	1,7	1,6	1,6	1,6
dos quais Bolsa Família	0,3	0,3	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4
Discrecionárias do Poder Executivo	1,5	1,5	1,9	1,6	1,4	1,2	1,0	0,6	0,6	0,5	0,5
Resultado Primário	-10,0	-2,3	-1,4	-0,8	-0,4	0,1	0,5	0,9	0,9	0,9	0,9
Memo:											
Gastos com a Covid-19	7,0	1,4	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-
PIB nominal (R\$ bilhões)	7.447,9	8.385,7	8.976,7	9.549,1	10.154,4	10.791,2	11.466,0	12.183,0	12.944,8	13.754,2	14.614,3

TABELA 17. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO OTIMISTA (% do PIB)

Discriminação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita Bruta	19,7	21,4	21,3	21,2	21,2	21,3	21,2	21,2	21,2	21,1	21,1
Transferências por repartição de receita a E&M	3,5	4,0	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9
Receita Líquida	16,2	17,3	17,3	17,3	17,3	17,3	17,3	17,3	17,2	17,2	17,2
Despesa Primária	26,1	19,2	18,2	17,4	16,8	16,2	15,6	15,4	15,2	14,9	14,7
Obrigatórias	24,7	17,7	16,4	15,9	15,5	15,1	14,8	14,6	14,4	14,1	14,0
Benefícios previdenciários	8,9	8,3	8,2	8,1	8,0	7,8	7,6	7,6	7,5	7,4	7,3
Pessoal e encargos sociais	4,3	3,9	3,7	3,6	3,4	3,3	3,2	3,1	3,1	3,1	3,0
Abono e Seguro desemprego	0,8	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Abono salarial	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Seguro desemprego	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3
BPC	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,1	0,1	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Complementação da União ao FUNDEB	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Subsídios e Subvenções	0,3	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Demais obrigatórias	8,8	3,2	2,2	2,0	1,9	1,8	1,7	1,7	1,6	1,5	1,5
sem Controle de Fluxo	7,0	1,5	0,3	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
com Controle de Fluxo	1,8	1,7	1,9	1,8	1,7	1,7	1,6	1,5	1,5	1,4	1,4
dos quais Bolsa Família	0,3	0,3	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Discricionárias do Poder Executivo	1,5	1,5	1,8	1,6	1,3	1,1	0,9	0,8	0,8	0,8	0,7
Resultado Primário	-10,0	-1,9	-0,8	-0,1	0,5	1,1	1,6	1,8	2,0	2,3	2,5
Memo:											
Gastos com a Covid-19	7,0	1,4	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-
PIB nominal (R\$ bilhões)	7.447,9	8.468,3	9.123,2	9.794,8	10.521,5	11.289,9	12.114,4	12.999,2	13.948,6	14.967,3	16.060,4

TABELA 18. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO PESSIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Receita Bruta	19,7	20,7	20,6	20,6	20,5	20,5	20,5	20,4	20,4	20,4	20,4
Transferências por repartição de receita a E&M	3,5	4,0	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9
Receita Líquida	16,2	16,7	16,7	16,7	16,6	16,6	16,6	16,5	16,5	16,5	16,4
Despesa Primária	26,1	20,1	18,6	18,0	17,6	17,1	17,0	17,0	17,0	17,0	17,1
Obrigatórias	24,7	18,6	16,9	16,5	16,4	16,2	16,2	16,2	16,3	16,3	16,3
Benefícios previdenciários	8,9	8,5	8,4	8,4	8,4	8,4	8,4	8,5	8,6	8,6	8,7
Pessoal e encargos sociais	4,3	4,0	3,8	3,7	3,6	3,5	3,4	3,4	3,4	3,4	3,5
Abono e Seguro desemprego	0,8	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Abono salarial	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Seguro desemprego	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4
BPC	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,1	0,1	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-
Complementação da União ao FUNDEB	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Subsídios e Subvenções	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Demais obrigatórias	8,8	3,7	2,4	2,1	2,1	2,0	2,0	1,9	1,9	1,8	1,8
sem Controle de Fluxo	7,0	2,0	0,4	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2
com Controle de Fluxo	1,8	1,7	2,0	2,0	1,9	1,9	1,8	1,8	1,7	1,7	1,6
dos quais Bolsa Família	0,3	0,3	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5
Discricionárias do Poder Executivo	1,5	1,5	1,7	1,5	1,2	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Resultado Primário	-10,0	-3,4	-1,9	-1,3	-0,9	-0,4	-0,4	-0,5	-0,5	-0,6	-0,6
Memo:											
Gastos com a Covid-19	7,0	1,8	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-
PIB nominal (R\$ bilhões)	7.447,9	8.286,6	8.899,2	9.468,9	10.066,2	10.707,8	11.392,2	12.123,7	12.905,9	13.741,3	14.632,5

Projeções da IFI

								Projeções			
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
PIB – crescimento real (% a.a.)	0,50	-3,55	-3,28	1,32	1,78	1,41	-4,06	4,21	2,32	2,28	2,33
PIB – nominal (R\$ bilhões)	5.779	5.996	6.269	6.585	7.004	7.407	7.448	8.386	8.977	9.549	10.154
IPCA – acum. (% no ano)	6,41	10,67	6,29	2,95	3,75	4,31	4,52	5,74	3,61	3,21	3,24
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	2,66	3,90	3,26	3,31	3,87	4,03	5,20	5,27	5,26	5,26	5,25
Ocupação - crescimento (%)	1,48	0,05	-1,87	0,35	1,41	1,99	-7,86	2,10	1,36	1,55	1,59
Massa salarial - crescimento (%)	3,98	-1,12	-3,24	1,86	3,04	2,46	-3,63	4,21	2,00	2,28	2,33
Selic – fim de período (% a.a.)	11,75	14,25	13,75	7,00	6,50	4,50	2,00	5,50	5,50	5,50	6,00
Juros reais <i>ex-post</i> (% a.a.)	5,02	3,23	7,02	3,94	2,65	0,19	-2,41	-0,22	1,83	2,22	2,67
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-0,56	-1,86	-2,48	-1,68	-1,55	-0,84	-9,44	-2,16	-1,31	-0,76	-0,33
dos quais Governo Central	-0,41	-2,01	-2,57	-1,89	-1,72	-1,28	-10,06	-2,35	-1,41	-0,83	-0,38
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	5,39	8,37	6,49	6,09	5,41	4,96	4,19	4,73	4,08	4,10	4,27
Resultado Nominal (% do PIB)	-5,95	-10,22	-8,98	-7,77	-6,96	-5,79	-13,63	-6,89	-5,39	-4,86	-4,60
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	56,28	65,50	69,84	73,72	75,27	74,26	88,83	85,64	86,02	86,67	87,00

